

AUDITORIA INTERNA: OS TESTES REALIZADOS NO SETOR CONTÁBIL DE UMA EMPRESA DO RAMO DE HOTELARIA

Quelen Aparecida Duarte¹

RESUMO

A auditoria interna surgiu com a necessidade das empresas em manter controle sobre suas atividades, seus procedimentos e apontar os riscos a que a empresa possa estar exposta. Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar e descrever os testes de auditoria interna realizados no setor contábil de uma empresa do ramo da hotelaria, visto não haver padronização de testes de auditoria a serem realizados nas empresas, em qualquer ramo. Com a realização de estudo de caso, através de pesquisa documental e observação, o estudo concluiu que os testes de auditoria interna realizados na empresa são os testes de observância que visam garantir que os controles internos da empresa estejam em funcionamento. O estudo sugeriu como melhoria, a implantação de nova modalidade de testes de auditoria, os testes substantivos que visam obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema da empresa, ampliando a confiança nas informações geradas e diminuindo os riscos.

Palavras-Chave: Auditoria interna. Hotelaria. Testes de observância. Testes substantivos.

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização que trouxe a interação entre as economias dos países e culminou em um cenário econômico de expansão e de grande competitividade das empresas e do mercado, trouxe também a necessidade de maior controle por parte da administração destas empresas, que diante de elevado crescimento, muitas vezes não conseguem fazê-lo, adequadamente, sem o auxílio de um profissional exclusivo para isso.

Em tratar-se de crescimento econômico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil de 2013 cresceu 2,3% em relação ao ano de 2012 (IBGE, 2010). Já no ramo específico da hotelaria no Brasil, de acordo com os dados da pesquisa Hotelaria em Números – Brasil 2013, realizada pela Jones Lang LaSalle em parceria com o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil – FOHB, o

¹ Aluna do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Artigo apresentado para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, como quesito parcial para a obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Prof. Ma. Leticia Medeiros da Silva, em dezembro de 2014. E-mail: quelenduarte@hotmail.com.

lucro operacional bruto dos hotéis brasileiros continua acima da taxa de inflação, tendo registrado os dados de 2012 com um aumento de 7,9% em relação à 2011 (FOHB, 2013).

É neste atual contexto, de crescimento e expansão, que a auditoria interna veio tornar-se, praticamente, indispensável às empresas, surgindo como uma forma de controle e acompanhamento dos processos e de identificação dos riscos que podem atingir a empresa.

Segundo Attie (2012), a expansão de novas atividades, o aumento de produção e por consequência a terceirização das atividades da empresa, traz a preocupação com o controle e obtenção de informações a cerca destas atividades. Estes são alguns dos motivos que fizeram com que a auditoria interna existisse dentro das empresas, e sua importância está no fato de ela servir de base para o controle dos processos, gerenciamento de risco e apoio na tomada de decisão para a administração da empresa.

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (2013) define a auditoria interna como a atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Diferente da auditoria externa, que é realizada por um profissional independente e que tem o objetivo de prestar informações a terceiros a respeito das operações da empresa, a auditoria interna é realizada por profissional contratado pela empresa que atende sua administração e que tem o objetivo de revisão contínua das atividades e dos controles internos, com o intuito de apontar possíveis riscos que podem afetar a empresa e de recomendar pontos de prevenção e de correção.

Diante do exposto, o presente estudo pretende detalhar quais são os testes de auditoria interna realizados no setor contábil em uma empresa específica do ramo da hotelaria, tendo em vista que estes não são padronizados para todas as empresas deste ramo.

A não existência de normas que indiquem a padronização dos procedimentos de auditoria interna que devem ser realizados pelas empresas do ramo específico da hotelaria, bem como, de qualquer ramo, motiva o problema de pesquisa deste estudo que busca responder a seguinte questão: Quais são os testes de auditoria interna realizados no setor contábil de uma empresa específica do ramo da hotelaria?

O objetivo geral do presente estudo é identificar e descrever os testes de auditoria interna realizados no setor contábil de determinada empresa do ramo da hotelaria.

Partindo-se do pressuposto de que a atividade hoteleira acompanha o crescimento da economia do país, e com a premissa de que o crescimento deste setor continue, tendo em vista

os eventos de grande porte a realizar-se no país neste e nos próximos anos, a citar as Olimpíadas e a Copa do Mundo, considera-se o estudo pertinente à medida que este será direcionado para o detalhamento e verificação dos testes de auditoria interna realizados no setor contábil de uma empresa do ramo da hotelaria, visto que o setor contábil fornece informações indispensáveis à tomada de decisão dos administradores.

Este estudo encontra-se subdividido em cinco capítulos, sendo o capítulo 1 a introdução. O capítulo 2 traz o referencial teórico com os principais conceitos sobre o tema do estudo, enquanto que no capítulo 3 são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados. No capítulo 4 é apresentada a análise dos dados coletados, além de breve contextualização da empresa estudada, e por fim, o capítulo 5 apresenta as considerações finais sobre a pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção traz os conceitos importantes para o entendimento do tema deste estudo, trazendo uma noção geral sobre a auditoria, conceitos e definições, bem como os objetivos principais, as características e a importância da auditoria interna nas empresas; tratando ainda das evidências e dos procedimentos de auditoria.

2.1 NOÇÕES GERAIS DE AUDITORIA

A auditoria surgiu aproximadamente entre os séculos XV e XVI na Itália. De acordo com Perez Junior (2012) foi na Itália que ocorreu o reconhecimento oficial da prática em 1581, e inicialmente, os trabalhos realizados como auditoria eram bastante limitados, restringindo-se à verificação dos registros contábeis, visando à comprovação de sua exatidão. Posteriormente, a auditoria veio a acompanhar a evolução da ciência contábil e deixou de resumir-se a trabalhos somente de observação, passando a ser mais dinâmica. Este mesmo autor define auditoria “como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade”.

Para Crepaldi (2013, p. 3) “a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios de Contabilidade e pertinente à legislação específica”.

A auditoria pode também ser conceituada como um controle gerencial que funciona como uma avaliação de outros controles e pode ser entendida como uma atividade de

assessoria à administração para diagnosticar quanto ao desempenho das áreas da empresa, no que diz respeito aos objetivos pela administração definidos.

É realizada por profissional apto a exercer a atividade, ou seja, que seja contador e possua conhecimento nas áreas relacionadas, a cerca das normas e procedimentos de auditoria e das Normas Brasileiras de Contabilidade, além do conhecimento da legislação específica da empresa.

Segundo Santos, Schmidt e Gomes (2006) a auditoria é um processo que tem como objetivo principal a certificação, pelo auditor, da veracidade das demonstrações contábeis preparadas pela empresa auditada.

Para Attie (2012, p. 7), “a proposta da auditoria é auxiliar os membros da administração a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades”. Para que isso ocorra, porém, a auditoria deve fornecer a esta administração a análise, as avaliações e recomendações, bem como assessoria e informações relativas às atividades examinadas.

A auditoria, então, é um processo no qual o auditor, que é o profissional apto a exercê-la, conclui a cerca da confiabilidade das informações geradas pela empresa em seus registros e demonstrativos após revisá-los e analisá-los, se reportando após isso aos interessados na situação em que a empresa se encontra.

2.2 A AUDITORIA INTERNA

A partir da definição de auditoria e considerando os fins para os quais ela será realizada e por qual tipo de profissional, pode-se dividi-la em duas partes. Crepaldi (2013) menciona que a classificação dos serviços de auditoria relativa à forma de intervenção, pode ser interna ou externa.

Enquanto que a auditoria externa caracteriza-se por ser realizada por profissional independente da empresa que emite uma opinião sobre os relatórios apresentados pela empresa sobre sua posição patrimonial e a adequação destes relatórios, a auditoria interna é realizada por profissional ligado à empresa que revisa suas operações através de um controle gerencial, e que reporta suas conclusões à administração da empresa.

A definição de auditoria interna utilizada pelo IIA (2013) e que é mundialmente reconhecida é:

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Crepaldi (2013, p. 65) menciona também que “a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”. Este autor ainda complementa com a ideia de que a auditoria interna presta um serviço à administração, sendo uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, destinada a realizar revisão das operações, e que constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles.

O CONAB (2008) define a auditoria interna como sendo um conjunto de técnicas que avalia a gestão da companhia através dos processos e dos resultados gerenciais, além de ser um instrumento de controle das empresas que buscam uma melhor alocação de seus recursos.

De acordo com Santos, Schmidt e Gomes (2006, p. 40) “a auditoria interna cumpre um papel fundamental na empresa, pois ela subsidia o administrador com dados e informações tecnicamente elaborados, relativos às atividades para cujo acompanhamento e supervisão este não tem condições de realizar diretamente”.

Pode-se acrescentar que a auditoria interna é a forma que a administração de uma empresa utiliza para testar suas atividades operacionais e se certificar de que as diversas áreas da empresa estão cumprindo os objetivos definidos. A auditoria interna serve desta forma como um apoio à tomada de decisões, como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos a que a empresa está exposta e como um diagnóstico da execução dos processos da empresa.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA

A importância da auditoria interna está principalmente no papel que ela exerce junto à administração da empresa, de controle de processos e de informações prestadas sobre a operação da empresa. De acordo com Attie (2012, p. 4), “a auditoria interna é concebida como uma atividade necessária à organização e desenvolve-se a fim de seguir a gerência ativa, concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração”.

Desta forma, pode-se afirmar que, tendo a auditoria surgido a partir de um cenário de grande expansão econômica das empresas, e que ela veio como um auxílio à administração no controle das atividades da empresa, pois esta já não tinha condições de fazê-lo sem um auxílio, fica evidente a importância da auditoria interna, uma vez que ela afirma ou não que os controles e as atividades operacionais da empresa estão sendo realizados dentro do esperado, além de possibilitar à empresa um gerenciamento dos riscos a que ela está exposta.

2.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA

O objetivo da auditoria interna é prestar serviço à administração da empresa, e a partir da análise que efetua das operações da empresa, fornecer informações à administração que sirvam como base para a avaliação da empresa no que diz respeito a cumprimento de processos e objetivos.

Para Crepaldi (2013) o objetivo da auditoria interna é fornecer auxílio aos membros da administração no que diz respeito ao desempenho de suas funções e responsabilidades, efetuando análises, recomendações e comentários sobre as atividades examinadas.

Crepaldi (2013, p. 67) ainda menciona que “um dos principais objetivos do auditor interno é examinar a integridade, a adequação e a eficácia dos controles internos. Para o fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da auditoria interna, com informações suficientes, adequadas, relevantes e úteis”.

De acordo com Attie (2012, p. 17),

a empresa visando resguardar e salvaguardar seus interesses, constitui, por política, a área de auditoria interna que tem por finalidade fornecer aos administradores, em todos os níveis, informações que os auxiliem a controlar as operações e atividades pelas quais são responsáveis. A auditoria atuará organizacionalmente em nível de assessoria, reportando-se diretamente ao presidente do Conselho de Administração e em sua falta ao diretor-presidente.

O objetivo principal da auditoria interna, portanto, é o de servir de auxílio à administração da empresa no controle de seus procedimentos e alertar para os riscos à que a empresa está exposta, caso não cumpra estes procedimentos.

2.5 O AUDITOR INTERNO

O auditor interno deve ser um profissional com competência técnica adequada e que possua vasto conhecimento a cerca das Normas Brasileiras de Contabilidade, das normas específicas da área de auditoria e da legislação vigente que e aplica à empresa que ele trabalha.

Para Crepaldi (2013, p. 66)

as responsabilidades do auditor interno devem ser: informar e assessorar a administração e desincumbir-se das responsabilidades de maneira condizente com o Código de Ética do Instituto dos Auditores Internos; e coordenar suas atividades com a de outros, de modo a atingir com mais facilidade os objetivos da auditoria em benefício das atividades da empresa.

E de acordo com a Resolução CFC N.º 781/95 – NBC PI 01 Normas Profissionais do Auditor Interno:

O Contador, na função de auditor interno, deve manter o seu nível de competência profissional pelo conhecimento atualizado das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, da legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação aplicável à Entidade.

O auditor interno, não obstante sua posição funcional deve preservar sua autonomia profissional.

O auditor interno deve ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na realização dos trabalhos e na exposição das conclusões.

A amplitude do trabalho do auditor interno e sua responsabilidade estão limitadas à sua área de atuação.

O auditor interno pode realizar trabalhos de forma compartilhada com profissionais de outras áreas, situação em que a equipe fará a divisão de tarefas, segundo a habilitação técnica e legal dos seus participantes (CFC, 1995).

Outro ponto importante a destacar sobre a postura deste profissional é que deve sempre respeitar o sigilo das informações obtidas durante a realização do seu trabalho e, em hipótese alguma, pode divulgar estas informações sem prévia autorização da empresa.

2.6 EVIDÊNCIA DE AUDITORIA

Pode-se dizer que a evidência de auditoria é a base usada para a opinião do auditor sobre as demonstrações analisadas. Crepaldi (2013) menciona que evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião.

De acordo com a Resolução CFC N.º 1.217/09 – NBC TA 500 Evidência de Auditoria, a evidência de auditoria inclui as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis e outras informações.

Para utilizar estas informações, o auditor deve certificar-se da confiabilidade destas. A resolução citada anteriormente menciona que

ao usar informações apresentadas pela entidade, o auditor deve avaliar se as informações são suficientemente confiáveis para os seus propósitos, incluindo, como necessário nas circunstâncias, obter evidência de auditoria sobre a exatidão e integridade das informações e avaliar se as informações são suficientemente precisas e detalhadas para os fins da auditoria (CFC, 2009).

Para a realização do seu trabalho e para cercar-se do menor risco possível de emitir uma opinião inapropriada, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, e essa constatação depende do seu julgamento profissional.

Como a evidência de auditoria é necessária para servir de base para a opinião que o auditor vai emitir sobre as demonstrações analisadas, e para garantir que ela seja apropriada e suficiente, é de suma importância que o auditor realize procedimentos de auditoria apropriados, a fim de garantir que as evidências tenham estas características.

2.7 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

O procedimento de auditoria é a forma pela qual o auditor vai obter as evidências de auditoria, podendo-se dizer então, que é a fonte da evidência de auditoria.

Perez Junior (2012) menciona que obtém-se evidência de auditoria mediante testes ou procedimentos de auditoria que dividem-se em testes de controle ou testes de observância e procedimento substantivo, este último subdividindo-se em testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.

A diferença entre eles é que os testes de controle são utilizados para certificar-se do funcionamento do controle interno da empresa, enquanto que os procedimentos substantivos visam obter evidência do funcionamento do sistema contábil da empresa quanto aos registros adequados para geração de demonstrações confiáveis; para tanto os testes de detalhes analisam, por exemplo, a adequação dos saldos das contas e os procedimentos analíticos substantivos verificam as variações nos saldos das contas.

A Resolução CFC N.º 780/95 – NBC T 12 Da Auditoria Interna, esclarece a cerca dos procedimentos de auditoria:

Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.

Os testes de observância visam a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade (CFC, 1995).

Perez Junior (2012) cita alguns dos exemplos dos testes de controle como testes de compras e testes de pagamentos; e exemplifica os testes substantivos com a circularização de clientes e o acompanhamento do inventário físico de estoques.

Os procedimentos de auditoria utilizados pelo auditor devem estar inclusos no seu programa de trabalho. É usual o auditor utilizar-se de vários procedimentos de auditoria, que serão selecionados levando-se em conta a eficácia destes e o fim para o qual serão utilizados.

2.8 PAPÉIS DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

A Resolução CFC N.º 780/95 – NBC T 12 Da Auditoria Interna, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, está em vigor e regula o exercício da auditoria interna nas empresas.

A resolução citada conceitua a auditoria interna e menciona que ela é de competência do auditor interno:

A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade. A auditoria interna é de competência exclusiva de contador, registrado em Conselho Regional de Contabilidade, nesta norma denominado auditor interno (CFC, 1995).

Quanto aos papéis de trabalho da auditoria interna, ela menciona que os estes são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor interno, que consubstanciam o trabalho executado.

A resolução também faz a diferenciação entre fraude e erro:

O termo “fraude” aplica-se a atos voluntários de omissão e manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários. O termo “erro” aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos, na elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários (CFC, 1995).

Entre os papéis do auditor está dar assessoria à administração na prevenção de fraudes e erros, informando qualquer indício destes encontrado no decorrer do seu trabalho.

O planejamento da auditoria interna, bem como a documentação da auditoria interna também são mencionados nesta resolução:

O planejamento do trabalho da auditoria interna compreende os exames preliminares da entidade para definir a amplitude do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos. O auditor interno deve documentar seu planejamento e preparar, por escrito, o programa de trabalho, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão.

O auditor interno deve documentar, através de papéis de trabalho, todos os elementos significativos dos exames realizados, que evidenciem ter sido a auditoria interna executada de acordo com as normas aplicáveis. Ao utilizar análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos, o auditor interno deve certificar-se de sua exatidão, sempre que integrá-los aos seus papéis de trabalho (CFC, 1995).

E quanto às normas relativas ao relatório do auditor interno, a resolução estabelece que:

O relatório é o instrumento técnico pelo qual o auditor interno comunica os trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e as providências a serem tomadas pela administração. O relatório deve ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar claramente os resultados dos trabalhos realizados. O relatório do auditor interno é confidencial e deve ser apresentado ao superior imediato ou pessoa autorizada que o tenha solicitado. O auditor interno deve, no seu relatório, destacar, quando for o caso, as áreas não-examinadas, informando os motivos pelos quais não as contemplou (CFC, 1995).

A referida norma então, além de conceituar a auditoria interna, traz outros conceitos importantes para o seu entendimento e traz orientações sobre os papéis de trabalho da auditoria interna, sobre seu planejamento e sobre a emissão do relatório final do auditor, entre outros pontos.

2.9 ESTUDOS RELACIONADOS

Em Oliveira (1989), foram descritas as técnicas de amostragem utilizadas pelos serviços de auditoria interna nas empresas do Brasil e se existiam diferenças entre as empresas na sua utilização. A partir da realização de estudos de caso e através de pesquisas de campo, o estudo respondeu a questões como:

- a) quais as técnicas de amostragem utilizadas pelos serviços de auditoria interna das empresas no Brasil?
- b) quais os principais problemas encontrados na utilização dessas técnicas? Após análise efetuada, o estudo verificou que as empresas pesquisadas aplicavam os métodos de amostragem subjetiva, onde a amostra não pode ser estabelecida com precisão.

Já em Santos e Buesa (2014), foi analisado se a auditoria interna é importante na gestão de uma empresa para gerar melhorias nos controles internos. Com a aplicação de pesquisas bibliográficas e estudo de caso com questionários aplicados a doze gestores da empresa estudada, constatou-se que a empresa demonstrou acreditar no trabalho da auditoria como uma importante ferramenta que verifica os processos internos e facilita na transparência das informações.

E por fim em Prado (2010), ficou demonstrado quais são os tipos de ferramentas que a auditoria interna possui para ajudar os gestores para a tomada de decisões. Através de pesquisas bibliográficas, o estudo conclui que a auditoria interna é uma ferramenta que auxilia

a administração da empresa, assegurando que os controles internos e rotinas de trabalho estejam sendo executados e garantindo que os dados contábeis mereçam confiança.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos:

- a) pela forma de abordagem do problema;
- b) de acordo com seus objetivos e
- c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à forma de abordagem do problema, este estudo é classificado como qualitativo. Raupp e Beuren (2012, p. 92) mencionam que “abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social”. O estudo busca entender a cerca dos testes de auditoria interna realizados na empresa do ramo da hotelaria.

Quanto aos objetivos, este estudo classifica-se como descritivo. Raupp e Beuren (2012, p. 81) mencionam que “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos” e que “as pesquisas descritivas descrevem aspectos ou comportamentos de determinada população analisada”. Este estudo busca descrever as técnicas e procedimentos realizados durante os testes de auditoria interna na empresa.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, o presente estudo é classificado como um estudo de caso. Raupp e Beuren (2012, p. 85) mencionam que “a pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso”. O estudo aplica-se a determinada empresa, no entendimento e descrição dos seus testes de auditoria interna, sendo que estes não podem ser considerados como testes padrão utilizados por todas as empresas do ramo.

A técnica de coleta de dados utilizada é a pesquisa documental, que utiliza fonte primária para a coleta de dados, sendo, neste caso, os documentos cedidos e procedimentos seguidos pela própria empresa. Assim, o principal documento utilizado, que foi fornecido pelo setor de auditoria interna, é uma relação das contas patrimoniais em forma de planilha Excel que serve como base para sua verificação se os procedimentos estão sendo seguidos de forma adequada. Também como técnica de coleta de dados foi utilizada a observação, que é uma técnica onde o pesquisador se utiliza dos sentidos para a obtenção de fatos que deseja estudar. A técnica de análise de dados, com o intuito de selecionar e organizar os dados coletados e

transformá-los em um meio de concluir a cerca do problema do estudo realizado, é a análise descritiva.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção inicia com uma breve contextualização da empresa estudada, seguida da descrição de como foi a coleta e a análise de dados, encerrando-se com as conclusões trazidas pelo estudo realizado e com a sugestão de melhoria.

4.1 A EMPRESA

A empresa onde foi realizado o presente estudo atua no ramo da hotelaria e possui hotéis nas cinco regiões do Brasil e também no Uruguai. Teve o início das suas atividades no ano de 1999 com a abertura de seu primeiro hotel em uma cidade gaúcha; nos três anos que seguiram, expandiu sua rede para outras cidades do Rio Grande do Sul, chegando também à Santa Catarina em 2002. Em 2004 continuou sua expansão no seu estado de origem e também inaugurou seu primeiro hotel fora da região sul.

Nos anos que seguiram até o atual, a empresa expandiu sua rede de hotéis para todas as regiões do Brasil, chegando inclusive a inaugurar seu primeiro hotel fora do Brasil em 2010. Atualmente conta com mais de 25 hotéis em todo o país, com a perspectiva de mais do que dobrar este número nos próximos anos; e conta com, aproximadamente, 1.400 funcionários distribuídos por todas as unidades da rede.

4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados ocorreu através da disponibilização pela empresa de parte do escopo do qual o setor de auditoria interna utiliza-se para realizar o seu trabalho nos hotéis que compõem a empresa. A documentação acessada é composta por um *checklist* que é utilizado como base para verificação se os procedimentos estão sendo seguidos. Para atender a necessidade do presente estudo, que é voltado para a auditoria interna da contabilidade da empresa, o material acessado refere-se somente à verificação que é realizada nas contas patrimoniais da empresa, não se expandindo para a verificação realizada que atenda a outros setores. Também como técnica de coleta de dados, foi utilizada a observação do pesquisador

voltada para as rotinas da área contábil e para alguns dos procedimentos seguidos pela empresa que são alvo de sua auditoria interna.

Foi possível constatar que a verificação efetuada pela auditoria interna constitui-se de uma conferência dos saldos das contas patrimoniais do balancete mensal, confrontando-o com arquivo, em forma de planilha Excel, mantido pela contabilidade como demonstração da composição destes saldos. Para cada conta patrimonial, sendo as contas de ativo e de passivo, também ocorre a verificação do seu respectivo procedimento, se este está sendo seguido no dia a dia dos setores quando da execução das tarefas. Desta forma, busca-se garantir que o saldo constante no balancete do mês em questão expresse informação fidedigna e, portanto, livre de erros.

As contas de ativo que compõem o balancete e que são auditadas através da verificação de seus saldos e do cumprimento de seus procedimentos são: caixa recepção, notas a faturar, bancos, aplicações financeiras, duplicatas a receber, cartões de crédito, adiantamento a fornecedores, estoques, impostos antecipados, impostos a recuperar e imobilizado.

A conta caixa recepção expressa o valor em dinheiro ou em cheque que a recepção do hotel recebeu dos clientes e que ainda permanece em caixa. O procedimento a ser seguido pela recepção é, para recebimentos em cheque, primeiramente informar ao cliente, já no momento da reserva, todas as formas de pagamento disponíveis, já que a empresa possui como política a não aceitação de cheque como pagamento pelo serviço prestado; porém, sendo a única forma de recebimento possível, devem ser seguidos alguns passos, os quais são a solicitação de documento de identificação para conferência dos dados do cliente, como nome completo e o Cadastro de Pessoa Física - CPF e a solicitação de dados para contato; e o cheque ainda só será aceito com a autorização da gerência. Para os recebimentos em dinheiro, estes são, após o encerramento do caixa, diariamente, guardados em envelope no cofre da recepção até que sejam depositados em conta corrente. Tanto os valores recebidos em cheque, quanto os valores recebidos em dinheiro são depositados, posteriormente, em conta corrente. A indicação é de que os depósitos sejam efetuados duas vezes por semana e em horários diferentes.

A conta notas a faturar expressa as vendas de serviços realizadas que serão recebidas através de fatura e que ainda não foram faturadas para envio da cobrança ao cliente. De acordo com o procedimento, essa conta deve apresentar no seu saldo final somente os lançamentos do dia, pois o faturamento deve ocorrer sempre no dia posterior ao registro das notas a faturar. Ocorre, portanto, que a movimentação desta conta se dá de forma que, as

vendas realizadas e que devem ser faturadas, compõem o seu saldo somente até o dia seguinte, quando estas são faturadas.

A conta de bancos representa o saldo em conta corrente de bancos que a empresa possui, registrando cada entrada ou saída de dinheiro no dia em que estes ocorrerem. O procedimento de bancos a ser seguido, indica que de posse do extrato bancário que é acessado via internet *banking*, o setor administrativo-financeiro da unidade, registra no sistema da empresa os recebimentos de cartões de crédito, os recebimentos via depósito das faturas, os recebimentos efetuados, antecipadamente, pelos clientes e os recebimentos dos depósitos efetuados pela própria unidade que se referem aos valores recebidos em dinheiro e em cheque pela recepção; também registra os pagamentos efetuados para fornecedores, pagamentos de impostos, as despesas e tarifas bancárias, bem como todos os demais pagamentos efetuados via conta corrente. Depois de realizados estes registros e concluída a conciliação bancária do dia, deve-se conferir o saldo do extrato com o saldo do módulo financeiro do sistema, sendo este o saldo que também deverá constar no módulo contábil do sistema.

A conta de aplicações financeiras expressa os valores que a empresa possui aplicados no banco. De acordo com procedimento, em posse do extrato mensal de aplicação, o setor de contabilidade efetua os lançamentos no sistema da empresa do rendimento mensal da aplicação. Já os registros dos valores aplicados e resgatados são realizados pelo setor administrativo-financeiro no mesmo momento em que se dá a conciliação bancária, pois estes valores têm sua origem ou destino na conta corrente.

A conta de duplicatas a receber representa os valores a receber dos clientes em forma de fatura, assim, quando um valor é faturado, este deixa de compor o saldo da conta de notas a faturar, passando a compor o saldo das duplicatas a receber. De acordo com o procedimento, as duplicatas a receber devem apresentar o saldo contábil igual ao relatório do sistema de contas a receber para esta conta, verificação esta que é feita pelo setor de contabilidade. Com o recebimento dos valores pendentes, que são identificados através da conciliação bancária, ocorrem as atualizações do saldo desta conta.

As contas de cartões de crédito expressam os valores que estão pendentes de recebimento das operadoras de cartões. Conforme procedimento, estes valores são registrados no sistema pela recepção no momento do recebimento do cliente via cartão de crédito ou de débito, havendo o registro também das comissões que incidem sobre esta forma de pagamento, e que representam dedução do valor total a receber. O saldo no balancete, portanto, representa os cartões que estão pendentes de recebimento deduzidas suas devidas comissões. A quitação se dá no momento em que é verificado que o recebimento ocorreu,

durante a conciliação bancária, onde são identificadas que as operadoras dos cartões efetuaram quitação dos valores em aberto. Também ocorre verificação pelo setor de contabilidade entre o saldo contábil e o valor que consta no sistema de contas a receber que se refere a recebimentos via cartão, estes devem ser iguais.

A conta de adiantamento a fornecedores demonstra os valores que foram pagos, antecipadamente, a fornecedores antes de ocorrida a compra ou o serviço ser tomado pela empresa. De acordo com o procedimento, os adiantamentos são lançados no sistema de contas a pagar pelo setor administrativo-financeiro no momento da conciliação bancária, onde o valor pago consta no extrato da conta corrente como saída de dinheiro. O valor compõe o saldo do balancete até que a compra ocorra ou o serviço seja tomado, havendo com isso o registro no sistema do documento fiscal emitido para tanto, e posterior regularização com o adiantamento que está em aberto. É feita verificação se o saldo contábil está de acordo com o saldo que consta no sistema de contas a pagar, pelo setor de contabilidade, através da emissão de relatório.

A conta de estoques expressa os itens estocáveis que são comprados pela empresa e são mantidos em estoque, sendo para uso posterior, como materiais de escritório, materiais de uso e consumo, matérias de manutenção, alimentos e bebidas, materiais de limpeza e suprimentos para os hóspedes. De acordo com o procedimento, as compras são realizadas e em posse da nota fiscal, os itens são registrados no sistema de almoxarifado, sendo que cada item possui um código que é previamente cadastrado pelo setor responsável. As baixas para uso ocorrem quando algum setor que necessite, faça requisição de itens para utilizá-los para os diversos fins, e é efetuada pelo responsável pelo almoxarifado que registra as requisições no sistema e disponibiliza os itens para o solicitante. É realizado inventário mensal no almoxarifado das unidades, ocorrendo no último dia do mês, neste dia não são efetuadas compras e nem requisições de material. A contagem física dos itens é realizada e registrada em planilha que é confrontada com os itens que constam no sistema através do relatório de inventário do sistema; posteriormente é efetuada integração contábil do sistema de almoxarifado. É realizada pelo setor contábil a conferência entre o saldo contábil das contas de almoxarifado e o relatório de inventário do almoxarifado.

As contas de impostos antecipados expressam os valores que a empresa pagou, antecipadamente, no decorrer do ano, através de seu regime de tributação do lucro real, que considera o acumulado do ano a cada mês que é apurado, podendo assim gerar valor a pagar de impostos menores dos que já foram pagos; esta diferença compõe o saldo contábil destas contas no balancete. De acordo com o procedimento, a apuração de imposto de renda e

contribuição social acontece mensalmente e é efetuada pelo setor de contabilidade, considerando o acumulado do ano até o mês corrente. Ao final da apuração, havendo impostos pagos antecipadamente, estes são registrados diretamente no módulo contábil. A verificação que é feita é entre as planilhas de apuração e o saldo contábil do balancete.

As contas de impostos a recuperar representam os valores de impostos que a empresa, por qualquer motivo, tenha pago a maior ou indevidamente; também podendo ser originados nas retenções sofridas pela empresa quando presta serviços para órgãos públicos, de acordo com lei federal que assim determina. A composição do valor que compõe o saldo contábil destas contas é feita pelo setor fiscal da empresa, que confronta este com os valores registrados no contas a receber, para as retenções sofridas, e no contas a pagar, para os pagamentos efetuados a maior ou indevidamente.

As contas de imobilizado representam os bens que a empresa adquiriu que sejam caracterizados como imobilizado, tais como móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e instalações. De acordo com o procedimento, na aquisição dos bens, é feita avaliação de acordo com os critérios pré-estabelecidos, para que sejam avaliados como imobilizado ou não; os critérios utilizados são o tempo de vida útil do bem e o valor mínimo de aquisição. Se atender aos critérios, o bem é registrado no sistema pelo setor administrativo-financeiro como ativo imobilizado e uma cópia da nota fiscal de aquisição é enviada ao setor de contabilidade que efetua registro do bem no sistema de controle de patrimônio. É efetuada, mensalmente, pelo setor de contabilidade verificação entre o saldo contábil das contas e os saldos dos relatórios extraídos do sistema de controle do patrimônio. Semestralmente, é realizado inventário dos bens físicos, através de contagem dos bens e registro destes em planilha, que posteriormente é confrontada com os relatórios de bens que constam no sistema de controle patrimonial.

As contas de passivo que compõem o balancete e que são auditadas através da verificação de seus saldos e do cumprimento de seus procedimentos são: obrigações e encargos trabalhistas, fornecedores, impostos a pagar, depósitos antecipados, provisões indedutíveis e fundos.

As contas de obrigações e encargos trabalhistas expressam os valores devidos pela empresa referente a encargos sobre a folha de pagamento, bem como os salários de seus funcionários. De acordo com o procedimento, as informações da folha são, mensalmente, importadas para o sistema contábil a partir de arquivo gerado no sistema de folha de pagamento. A verificação feita pelo setor de contabilidade, tendo o suporte de relatórios gerados no sistema do processamento da folha de pagamento, é de que os saldos do balancete

representem os valores pendentes de recolhimento da folha do último mês, não havendo valores a serem pagos em atraso.

A conta de fornecedores representa os valores devidos pela empresa pelas compras realizadas e serviços tomados de terceiros. Conforme o procedimento, ao realizar a compra e ao tomar o serviço, a nota fiscal é recebida pelo setor administrativo-financeiro que efetua o registro da mesma no sistema de contas a pagar. O saldo contábil desta conta deve representar os valores que estão pendentes de pagamento pela empresa e através de verificação realizada pelo setor de contabilidade, é confrontado com relatório extraído do sistema de contas a pagar. Os pagamentos efetuados são registrados no contas a pagar no momento da conciliação bancária, com o registro da saída do dinheiro da conta corrente.

As contas de impostos a pagar representam os valores devidos pela empresa referente aos impostos incidentes sobre a sua atividade, tais como imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, ICMS e ISS. Mensalmente, são apurados pelo setor fiscal os valores devidos de PIS, COFINS, ICMS e ISS, que incidem sobre o faturamento da empresa e são registrados no sistema contábil. O imposto de renda e contribuição social são apurados pelo setor contábil que se utiliza de planilhas onde constam as receitas, custos e despesas do período, e posteriormente, registra os impostos a pagar no sistema contábil. No balancete, o saldo destas contas devem representar os valores de impostos devidos do mês atual apurado, levando-se em conta o regime de tributação da empresa que é o de lucro real.

A conta de depósitos antecipados representa os valores que a empresa recebe, antecipadamente, de seus clientes, antes mesmo que tenha prestado o serviço para este. De acordo com o procedimento, ao receber os valores o setor administrativo-financeiro da unidade deve registrar no sistema financeiro o depósito antecipado recebido, no momento em que realiza a conciliação bancária. Posteriormente, no momento em que a empresa presta o serviço para o cliente e que é gerada a cobrança para este, ocorrerá a regularização do depósito antecipado lançado, anteriormente, não havendo nova cobrança a ser gerada para o cliente. O saldo contábil desta conta é composto pelos valores recebidos dos clientes que ainda não tomaram o serviço da empresa, representando uma obrigação para com os clientes.

A conta de provisões indedutíveis expressa os valores que são provisionados pela empresa que se referem a serviços tomados de terceiros cujo documento fiscal ainda não foi recebido a tempo de ser registrado na competência correta. Pelo regime de tributação da empresa, o lucro real, são consideradas despesas indedutíveis, justamente, pelo fato de ainda não haver o documento fiscal que suporte o registro da despesa. De acordo com o procedimento, o setor administrativo-financeiro da unidade, que acompanha os serviços que

foram tomados, bem como o recebimento das notas fiscais, solicita para o setor de contabilidade o lançamento de uma provisão quando do não recebimento de alguma nota fiscal, e assim que recebe a mesma, solicita que a provisão lançada seja estornada; para fins de apuração de impostos, neste momento a despesa passa a ser dedutível novamente. O saldo contábil desta conta representa os valores provisionados de despesas com serviços tomados e que ainda não tiveram seus documentos fiscais registrados no sistema de contas a pagar.

As contas de fundos são constituídas de valores que são um percentual do resultado da empresa e que servem de reserva para determinado fim, previamente, estipulado pelos investidores de cada unidade da empresa. Como exemplo de constituição de fundo, cita-se o Fundo para Reposição de Ativos, que é constituído com o único intuito de suportar despesas que aconteçam de forma emergencial para repor bens, móveis ou equipamentos da unidade. De acordo com o procedimento, a constituição de um fundo deve constar em contrato e seguir as suas determinações. Para a utilização do fundo para o fim a que foi constituído deverá haver aprovação do conselho da unidade e estar mencionada a aprovação em ata redigida durante reunião do conselho.

Ao analisar os dados coletados e descritos, anteriormente, é possível comprovar o conceito de auditoria interna trazido no referencial teórico, de que ela é a forma que a administração da empresa utiliza para testar suas atividades operacionais e se certificar de que as diversas áreas da empresa estão cumprindo os objetivos definidos, servindo desta forma como apoio à tomada de decisões e como ferramenta para o gerenciamento de riscos a que a empresa está exposta.

Também, desta forma, fica comprovado o objetivo da auditoria interna, mencionado, anteriormente, no referencial teórico, o de prestar serviço à administração da empresa, e a partir da análise que efetua de suas operações, fornecer-lhe informações que sirvam como base para a avaliação da empresa e para análise de sua situação atual.

A partir da análise efetuada, então, e resgatando o que foi trazido no referencial teórico deste estudo quanto aos tipos de procedimentos de auditoria existentes, é possível enquadrar as verificações efetuadas pela auditoria interna da empresa como testes de observância; estes visam a obtenção de segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade. Conforme foi observado e descrito, o que ocorre durante a realização da auditoria interna é somente a constatação pelo auditor interno de que os setores estão realizando os procedimentos, porém não há aplicação do procedimento pelo próprio auditor, nem em forma de amostragem, como uma forma de conferência do que está sendo executado, o que

caracterizaria os testes substantivos. Entretanto, apesar disso, pode-se afirmar que há uma preocupação com a conformidade dos procedimentos executados para, desta forma, garantir a confiabilidade das informações geradas.

4.3 SUGESTÃO DE MELHORIA

Com a coleta e posterior análise dos dados efetuada, foi possível verificar que a auditoria interna da empresa é voltada para a validação dos procedimentos efetuados para controle interno, utilizando-se de testes de observância, com a verificação se os procedimentos estão seguidos. Observou-se que a análise fica centrada no acompanhamento dos saldos e confirmações com os responsáveis pelas operações, não sendo realizada uma análise documental mais profunda.

O que se pode sugerir, a partir disso, é que a empresa possa expandir seus procedimentos de auditoria, com a utilização de testes substantivos durante a realização dos trabalhos, visando maior certeza da confiabilidade das informações. Destacando o que foi trazido no referencial teórico quanto a estes testes, eles visam a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da empresa.

Isso implica em dizer que, além de verificar se o procedimento está sendo seguido para os registros efetuados em determinada conta contábil, e para servir de exemplo, cita-se a conta de bancos, o auditor interno poderia realizar conferência do trabalho que foi executado, para isso refazendo, para uma dada amostragem de dias, o trabalho já antes executado pelo responsável; o que significa que o auditor deve não apenas certificar-se de que a conciliação bancária foi executada, mas sim, em posse do extrato, refazer o passo a passo da conciliação, efetuando conferência do trabalho realizado como se estivesse realizando-o. A implantação destes novos testes estaria condicionada a análise a ser efetuada pela empresa, de quais são as contas contábeis e os procedimentos em que sua aplicação seria mais necessária, onde os testes de observância realizados possam deixar alguma lacuna.

Assim, com a expansão dos testes realizados durante a auditoria interna, pode-se afirmar que cresce a confiabilidade das informações geradas na mesma proporção em que decrescem os riscos a que a empresa possa estar exposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto vivenciado nos últimos anos, de crescimento da economia dos países e de grande interação entre eles, estando o ramo da hotelaria incluso neste contexto de crescimento, surgiu a necessidade dentro das próprias empresas de um maior controle de suas operações e atividades. A auditoria interna, justamente, preencheu essa lacuna, prestando auxílio à administração da empresa em suas tomadas de decisão, e através de suas informações, após análise dos procedimentos e das operações da empresa, realizando também uma identificação dos riscos a que a empresa possa estar exposta, deixando a administração ciente da existência destes riscos.

Diante da afirmação que a auditoria interna se tornou dentro das empresas e diante da grande importância que passou a ter, devido às informações fornecidas pelo seu trabalho, e diante do fato de que não há padronização dos testes e das verificações que devem ser realizados por este setor durante a realização de seu trabalho, o presente estudo se propôs a identificar quais são os testes de auditoria interna realizados no setor contábil de uma empresa específica do ramo da hotelaria e, por fim, descrevê-los.

O objetivo geral proposto foi atendido, a partir dos dados coletados e da análise efetuada foi realizada a identificação e descrição dos testes que são realizados pela auditoria interna da empresa. Com a verificação que é feita pelo setor de auditoria interna, a partir do seu escopo de trabalho, dos principais procedimentos a serem seguidos pelos demais setores que impactam nos registros realizados nas contas patrimoniais que compõem o balancete da empresa, conclui-se que os testes realizados pela auditoria interna da empresa são os testes de observância, descritos em seção anterior deste estudo, estes buscam garantir que os controles internos da empresa estão em pleno funcionamento.

A partir das conclusões do estudo, constatou-se também que seria possível uma verificação mais detalhada com a expansão dos testes da empresa, sendo implantados os testes substantivos para aplicação em conjunto com os testes de observância, destacando que estes novos testes buscam garantir a exatidão das informações geradas a partir dos registros efetuados.

Com a conclusão do estudo e tendo sido alcançado o objetivo deste, fica a sugestão para futuros estudos, que podem aplicar o problema para empresas de outros ramos de atuação, verificando assim quais são os testes de auditoria interna utilizados por outras empresas, dado que eles não são padronizados para nenhum ramo. Desta forma, seria possível

concluir, de maneira mais ampla e para cada ramo estudado, quais são os testes de auditoria mais utilizados pelas empresas.

ABSTRACT

The internal audit appeared with the need for companies to maintain control over their activities, procedures and to point out the risks that the company may be exposed. This study was conducted in order to identify and describe the tests of internal audit conducted in an accounting department of a company in the hotel business, since there is no standardization of audit tests to be done in companies in any line of business. With the completion of the case study, through documentary research and observation, the study concluded that the internal audit tests conducted on the firm are compliance tests designed to ensure that the company's internal controls are operating. The study suggested as an improvement the implementation of a new type of audit testing, the substantive tests aim to obtain evidence as to the adequacy, accuracy and validity of the data produced by the company's system, increasing the confidence of the generated information and decreasing risks.

Keywords: Internal audit. Hospitality. Compliance tests. Substantive tests.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **COAUD Coordenadoria de Auditoria Interna**. Manual de Auditoria Interna. 2.ed. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/nupin/ManualdeAuditoriaInterna.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC N.º 780/95 – NBC T 12 Auditoria Interna**, de 24 de março de 1995. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1995/000780>. Acesso em 10 maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC N.º 781/95 – NBC PI 01 Normas Profissionais do Auditor Interno**, de 24 de março de 1995. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1995/000781>. Acesso em 10 maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC N.º 1.217/09 – NBC TA 500 Evidência de Auditoria**, de 27 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001217>. Acesso em 01 jun. 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2591&busca=1&t=2013-pib-cresce-2-3-totaliza-r-4-84-trilhoes>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa de Serviços de Hospedagem 2011 – Municípios das Capitais**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/psh/2011/default.shtm>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA. **Estrutura Internacional de Práticas Profissionais**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.iiabrasil.org.br/new/IPPF.html>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

OLIVEIRA, Francisco Alves. **Técnicas de Amostragem Utilizadas Pelos Serviços De Auditoria Interna de Empresas no Brasil – Um Estudo de Casos**. 1989. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Instituto Superior de Estudos Contábeis, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9206/000081542.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 15 nov 2014.

PRADO, Abimagerson Portela. **Auditoria Interna e a Sua Importância no Processo Decisório das Empresas**. 2010. 42 f. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Estratégica e Qualidade) – Universidade Candido Mendes, São Luís, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernadez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Jacira Alves dos; BUESA, Natasha Young. Auditoria Interna: Estudo de Caso na Empresa São Roque Supermercados Ltda. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Paulo, v.5, n.1, 2014.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura. **Fundamentos da Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2006.

WERNLI, Naomi Scuratovski. **A importância da Auditoria Interna para Organizações**. 2013. 65 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.